

A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à fragmentação de uma *intelligentsia* na transição democrática

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos¹

Resumo: O presente trabalho aborda o interesse sobre a violência nas ciências sociais em São Paulo durante a transição democrática, tendo como objeto a produção de três organizações de pesquisa: CEBRAP, CEDEC e NEV/USP. No percurso analisado competem duas visões principais: a violência como cidadania protopolítica ou como autoritarismo socialmente implantado. O estudo sugere que estas possibilidades analíticas expressam as cisões do campo intelectual configurado na transição democrática, surgidas em torno da interpretação dos sentidos da atuação popular para a construção da democracia.

Palavras-chave: História das ciências sociais; transição democrática; violência.

The Sociology of violence in São Paulo: the formation of a field in the middle of an intelligentsia's fragmentation in the democratic transition

Abstract: *This paper addresses the concern about violence in the Social Sciences in São Paulo during the democratic transition, having as object the production*

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

of three research organizations: CEBRAP CEDEC and NEV/USP. In the route analyzed competing two main views: violence as protopolitical citizenship or as authoritarianism socially deployed. The study suggests that these analytical possibilities express the division of the intellectual set in the democratic transition that emerged around the interpretation of the meanings of popular efforts to build democracy.

Key words: *History of social sciences; democratic transition; violence.*

Introdução

Este trabalho pretende suprir algumas lacunas da pesquisa desenvolvida no mestrado, quando abordei a história do NEV/USP (Vasconcelos, 2009), investindo mais profundamente nas ligações dos agentes formadores desta organização com a tradição da sociologia paulista e com o contexto político da redemocratização, no sentido de fornecer elementos para pesquisa, ainda em andamento, sobre a formação de um campo de estudos sobre violência no Brasil. Uso o termo *sociologia da violência* para identificar um campo de discussões, cujos contornos muitas vezes não são bem definidos, tendo em vista as diferentes perspectivas teórico-metodológicas, objetos de estudo e áreas de conhecimento que cerca de quarenta anos de produção acadêmica regular produziu. Apesar da diversidade de questões, contextos e disputas simbólicas, os vários balanços da literatura sociológica sobre esta área de estudos indicam a existência de pontos de ligação e concordância entre os diversos grupos.² Tal sorte de pluralismo parece estar ligada ao fato de que este campo garantiu sua unificação em torno de uma categoria – a violência – de múltiplos sentidos e significados, antes uma pré-noção que um conceito, que, se por vezes traz discussões quanto ao caráter científico do conhecimento produzido, conserva as marcas da ligação entre as ciências sociais e o debate público durante a redemocratização.

No contexto de transformação decorrente do processo de abertura do regime militar, os avanços no campo político coincidem com o fim da tranquilidade e com o alarde em torno do crime, que alimenta, por sua vez, em certos setores, a ideia de que na democracia nascente estariam as raízes dos novos males. Esta inquietação mobiliza parlamentares, juristas, cientistas sociais, meios de comunicação e

2 Vale fazer referência aos trabalhos de Maria Célia Paoli (1982); Maria Victoria Benevides (1983); Sérgio Adorno (1993); Alba Zaluar ([1999] 2004), Glauber Carvalho (1999), Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda (2000); Renato Sérgio de Lima (2009); Sérgio Adorno e César Barreira (2010).

sociedade civil organizada em reuniões, seminários e congressos.³ Foi a partir das contingências e projetos presentes nas interações entre intelectuais em resposta ao debate público que as opções institucionais foram sendo feitas, como maneira de construir um terreno favorável à autonomia de pensamento e atuação. A violência, antes tema circunscrito aos estudiosos do Direito e da Medicina, na medida em que era colocada na pauta das grandes preocupações da sociedade e do Estado, passa a envolver também cientistas sociais. É nesse sentido que a reação política diante da violência do Estado e do crescimento da criminalidade urbana violenta favoreceu o surgimento da sociologia da violência no Brasil (Benevides, 1983; Carvalho, 1999; Zaluar, [1999]2004; Adorno e Barreira, 2010).

Talvez se pudesse remontar aos estudos sobre os movimentos sociais urbanos – seja pela análise da revolta popular, da violência institucional que tratou de reprimi-los, ou dos conflitos e inconsistências na estrutura de classes sociais – as primeiras tentativas de entender os fenômenos complexos da violência no país. No entanto, se as últimas décadas do século XX significaram uma tomada de consciência da sociedade sobre o tema da violência, foi em especial sobre a representação da *violência urbana* que isto ocorreu. Um novo espaço de legitimidade à violência como objeto sociológico será reivindicado a partir da conjugação entre, de um lado, a influência de referenciais teórico-metodológicos da sociologia norte-americana para o estudo da criminalidade e da análise de Michel Foucault sobre a prisão e, de outro, a atenção a questões de conjuntura presentes no debate público – como a preocupação com as transformações urbanas, com o crime violento e com a repressão política. Assim, embora não se possa negar a influência dos estudos clássicos da sociologia política brasileira e da produção sobre o cangaço e os movimentos messiânicos e os conflitos de terra, cujos fundamentos são reivindicados principalmente em análises que destacam a continuidade de padrões culturais da formação da sociedade brasileira, é em torno de outros referenciais que a violência se tornará problema de investigação a partir do final dos anos 1970.

3 Acontecimento de destaque foi a convocação de juristas e cientistas sociais, feita pelo Ministério da Justiça, para discutir o tema da violência urbana, em 1979. Além deste poderiam ser indicados: a criação do GT Direito e Sociedade na ANPOCS, em 1979; o Seminário sobre criminalidade violenta, promovido pela OAB, no Rio de Janeiro; no mesmo local, o I Congresso Brasileiro de Violência Urbana; a reunião da ANPOCS com o tema violência urbana no Brasil; a formação de uma CPI sobre as causas da violência – todos em 1980; o XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, no Rio de Janeiro, cujo tema era violência social em cidades latino-americanas e europeias e o Seminário Crime, Violência e Poder, na UNICAMP, ambos em 1982; o Seminário O Rio contra o Crime, promovido por *O Globo*, em 1984, que foi acompanhado de uma ampla pesquisa de opinião; e a criação do NEV/USP, em 1987 (Benevides, 1983; Carvalho, 1999).

Nesse caminho de legitimação, alguns estudos serão considerados pioneiros, outros relegados a um certo esquecimento.⁴ Será justamente a partir das tensões entre estas linhas de investigação que o presente trabalho pretende investir na análise dos caminhos que consolidaram esse campo, que partem tanto das discussões teóricas quanto da história das organizações que as produziram. Embora o debate e a preocupação sejam nacionais, estarei concentrado em São Paulo, na intenção de compreender a sua contribuição específica. Para tanto, serão investigadas a história e a produção de três organizações de pesquisa: o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP –, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC – e o Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP.

Estabeleceremos diálogo direto com os estudos de Bernardo Sorj (2001), sobre a constituição e o papel do CEBRAP, de Milton Lahuerta, que focaliza inicialmente a formação, o apogeu e a crise do *partido intelectual*⁵ formado na transição democrática (1999; 2001), e de Marco Antonio Perruso (2009), sobre a relação entre intelectuais brasileiros e movimentos populares na constituição do campo de estudos sobre movimentos sociais urbanos nos anos 1970/1980, no qual dá destaque ao CEDEC. Juntos, esses trabalhos avançam consideravelmente no sentido de traçar uma hipótese para a compreensão do desenvolvimento das ciências sociais e de suas novas especializações temáticas, no pós-64, segundo a qual interessa aprofundar o quanto repercutiram as cisões do *partido intelectual* configurado na transição democrática: a estratégia de valorização dos movimentos sociais autônomos; a necessidade de construir contrapesos, mecanismos de controle democrático do Estado, em uma estratégia de composição por dentro do sistema político; e a ênfase nos formalismos e regras do campo institucional que garantam os direitos, perspectivas ligadas, respectivamente, aos grupos de cientistas sociais integrantes do CEDEC, do CEBRAP e do IDESP.

Embora os estudos sejam analisados em conjunto, tendo em vista os fortes laços interpretativos que os unem, existem diferenças fundamentais que serão trabalhadas ao longo do texto. Por ora cabe um alerta com respeito a que um dos

4 É o que parece ocorrer em geral com as pesquisas sobre violência no campo, por exemplo, que se originaram de questões relativas a conflitos de classe e paulatinamente foram sendo incorporadas no debate sobre violência institucional, crime violento e controle do monopólio legítimo da violência. Poderiam ser citados, nesse sentido, o caminho percorrido pelas pesquisas de José Vicente Tavares dos Santos (1978; 1993) e de César Barreira (1992; 1998; 2008).

5 Ideia inspirada em Daniel Pécaut (1990), sobre a relação entre intelectuais e a política nas gerações de cientistas sociais atuantes em três períodos: 1920-1940, 1954-1964 e de 1974-1982. Neste último período, Pécaut afirma a origem de um “partido intelectual”, composto através da interação entre intelectuais e os setores sociais que então se organizavam em resistência à ditadura. Para o autor “[...] não se trata mais apenas de ressaltar a interferência entre o campo intelectual e o campo político. É preciso conceber o meio intelectual como um semipartido político, com seus conflitos, seus locais de debate e seus poderes” (p. 281).

diferenciais dos estudos diz respeito principalmente ao quanto os pesquisadores se distanciam ou se associam do *partido intelectual* que analisam. De um lado, Milton Lahuerta (1999; 2001), enfatiza o papel do CEBRAP como principal força aglutinadora do meio intelectual, formulador de uma nova interpretação do Brasil; de outro, Marco Antonio Perruso (2009) que considera inovadora o posicionamento do grupo de intelectuais ligados ao CEDEC, ao se voltarem para o estudo da atuação dos movimentos populares emergentes, enfatizando a dimensão microssociológica, o que nomeia de “inflexão fenomenológica” (2009, p. 48 - 55). Sorj (2001), por sua vez, não se utiliza da ideia de *partido intelectual*, afirmando que o CEBRAP não teria procurado justificar estratégias partidárias específicas, nem confundir-se com grupos ou classes sociais ou se converter em centro formulador de doutrinas ou ideologias. Embora articulados às demandas sociais, o grupo teria bem demarcadas as linhas entre elaboração do conhecimento científico e militância político-partidária. De minha parte, tentando escapar a uma *filiação partidária*, tentarei entender o desenvolvimento das estratégias do NEV a partir das redes de relação estabelecidas entre os atores sociais interessados na redemocratização.

Ciência, política e violência no contexto paulista: a violência difusa ou estrutural e o protesto popular

Segundo os estudos apontados anteriormente, a luta contra a ditadura é correlata ao reposicionamento dos intelectuais na vida política e na construção de condições adequadas à produção científica (Sorj, 2001). Com a eliminação dos canais de representação e expressão civil, os cientistas sociais sairiam de suas especialidades, convertendo-se em intelectuais, por vezes cumprindo o papel de porta-vozes de setores da sociedade, pois são ligados à transmissão e análise de informações e interpretações diferentes das do regime. Nesse sentido, para alguns se poderia falar de um *partido intelectual*, constituído especialmente na articulação entre o CEBRAP, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, o jornal Opinião e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (Pécaut, 1990; Lahuerta, 1999). Este cenário marcou também, em maior ou menor medida, o encantamento do imaginário político e sociológico com a *sociedade civil*, ponto de apoio para as estratégias de transição democrática. Formou-se então uma forte tendência nas ciências sociais do período em assumir a política como aspecto da ciência, atuando na denúncia do caráter autoritário das políticas implementadas e na luta por uma sociedade e Estado democráticos. Assim, apesar do “mandato público” conquistado, nesse momento o intelectual estaria tensionado entre a opção de ser porta-voz dos interesses sociais, colocando-se *acima da sociedade*, ou

apenas mais um ator social particular, tensões que sinalizariam para fissuras “nas hostes do partido da *intelligentsia*” (Lahuerta, 2001; Perruso, 2004; 2009).

A reconstrução deste cenário em São Paulo tem geralmente como ponto de partida a formação do CEBRAP, a partir da influência dos sociólogos formados por Florestan Fernandes na Cadeira de Sociologia I e do *Seminário de Marx*.⁶ Considerado importante fator de coesão entre intelectuais no período da ditadura militar, este centro de pesquisa se originou inicialmente como espaço de organização para intelectuais cassados pelo AI-5, representando uma *ponte* entre a antiga geração de cientistas sociais paulistas pré-golpe e a que se constituirá com a expansão das ciências sociais nas décadas seguintes.⁷ O CEBRAP investiu centralmente na reflexão crítica das teses nacionalistas produzidas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Para Sorj (2001), o grupo não teria constituído propriamente uma “escola”, mas sim uma forma de resistência político-institucional por meio da preocupação com novos métodos de organização e trabalho. Já do ponto de vista de Lahuerta (1999; 2001), ao mesmo tempo em que dava continuidade à escola uspiana de sociologia, o CEBRAP inovava não somente na adaptação a um novo estilo de trabalho, mas também por se dedicar explicitamente aos problemas políticos e revisando as interpretações sobre o Brasil. Através da análise das características do desenvolvimento econômico brasileiro, do regime autoritário vigente e das alianças de classe necessárias à transição democrática, o grupo abria o debate sobre novos temas de pesquisa, pertinentes para a interpretação e ação à época, como o combate ao *mito da marginalidade*, a atenção aos novos sujeitos sociais, a questão da cidadania e a constituição de instituições políticas democráticas.⁸

Apoiado, de um lado, pela Fundação Ford e por ligações com setores liberais da elite, principalmente empresários e políticos paulistas, e figuras importantes da Igreja Católica, o CEBRAP conseguiu condições suficientes

6 Seminário de Marx foi como se tornou conhecido o conjunto de reuniões para estudo do livro *O Capital* e discussão da realidade brasileira, que sedimentou a formação da maior parte dos membros do CEBRAP.

7 Fundado em 1969, tinha como equipe inicial Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Elza Berquó, Paul Singer (cassados pelo AI-5), Juarez Brandão Lopes e Cândido Procópio Ferreira, ocupando a presidência (Montero e Moura, 2009).

8 Ao lado das reflexões sobre a dependência econômica, a análise acerca do autoritarismo, expressa nos ensaios *O modelo político brasileiro* (1973) e *Autoritarismo e Democratização* (1975), de Fernando Henrique Cardoso, podem ser eleitos como referências norteadoras da influência do CEBRAP no debate sobre a violência do regime político vigente no Brasil e os desafios para a democratização. Dialogando com Guillermo O’Donnell, Juan Linz e Nicos Poulantzas, Cardoso procura enfrentar o tema da natureza e duração do autoritarismo estatal e elaborar as saídas possíveis, que envolveriam o fortalecimento da sociedade civil e o controle democrático do Estado, que passa a ser entendido não somente como aparelho repressivo.

para atravessar os períodos mais fechados da ditadura com relativa autonomia, constituindo-se uma referência em termos de autoridade científica e legitimidade política no campo acadêmico e mais amplamente na sociedade (Lahuerta, 1999; Sorj, 2001). É a partir desta rede de sustentação que se originam algumas das demandas e propostas de trabalho que conectam os cientistas sociais do grupo aos problemas da sociedade. Exemplo disto são as encomendas de pesquisa sobre as consequências das transformações recentes na urbanização de São Paulo para as condições do exercício do trabalho, do lazer, da saúde, da segurança, da liberdade, em suma, dos direitos humanos, para os habitantes da cidade, feitas pela Comissão de Justiça e Paz – CJP da Igreja Católica. É nesse sentido que os estudos do CEBRAP, ao focalizarem estes novos fenômenos, acabarão por abordar questões referentes a contextos de violência.

Exemplo deste investimento da CJP é a pesquisa *A criança, o adolescente e a cidade*, feita no Cebrap em 1974, que investe na preocupação sobre o tema da marginalização e dos direitos da infância e da juventude. Ganha destaque em seguida o investimento editorial da CJP, que se inicia com *São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza* ([1976]1982),⁹ que constituiu um quadro de reflexão crítica sobre as transformações vividas que repercutiu de maneira relevante nos processos políticos da época. As palavras do cardeal Paulo Evaristo Arns na *Apresentação* do livro sintetizam a perspectiva assumida, investigativa e combativa contra uma “violência difusa que atinge o povo”, relacionada a uma série de fatores como a desnutrição, às más condições de saneamento e saúde, aos acidentes de trabalho, ao desemprego, à ausência de moradia, à precariedade de transportes, à falta de liberdade de associação, informação e reivindicação. Cumpriria então “chegar às causas dos males e mobilizar-se para combatê-las”. Como causa dos males estaria o crescimento capitalista desordenado associado à violência do autoritarismo, que sufocaria o sofrimento e as demandas da população, principalmente a mais pobre, exigindo segurança, que “no caso, não quer dizer necessariamente polícia, mas muitas vezes significa segurança contra os abusos da polícia, embora não se limite a este aspecto” (Camargo, [1976] 1982: 09 e 149).

O livro, escoando pelos canais do debate público incentiva quatro anos depois outra pesquisa, *São Paulo: o povo em movimento* (Singer e Brant,

9 Constam na elaboração da pesquisa: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Paul Israel Singer e Vinícius Caldeira Brant.

[1980]1982),¹⁰ que investiga a emergência dos movimentos sociais populares – o movimento operário, feminista, negro, de bairro, as comunidades eclesiais de base – e sua relação com os partidos políticos. Com esta iniciativa, buscava-se fornecer a consciência crítica que servisse como fundamento para a constituição de canais de expressão dos interesses populares, no sentido de ligar os movimentos da sociedade “a alguma corrente política policlassista capaz de atender suas reivindicações imediatas ou procurar constituir formas de próprias de representação no plano político” (p. 230). Pensar e discutir esta possibilidade eram sinais do início das dificuldades de manutenção da ordem pelo bloco do poder, momento em que se começa a discutir a Anistia, a formação de partidos políticos e a realização de eleições e que coincide com redefinições no *partido intelectual*: há novos espaços de participação política e intelectual e os integrantes se lançam a diversas outras atividades. Alguns, por exemplo, com a Anistia, são reintegrados ao sistema universitário. Outros procuraram conciliar sua atividade intelectual com a construção da política via uma corrente política policlassista, expressa no MDB, ou na construção de formas próprias de representação, caso do PT.

Essas dissensões marcam um debate importante acerca da interpretação sobre a transição política e dos sujeitos envolvidos nesse processo. A questão central girava em torno do que seria mais importante no processo de fortalecimento da sociedade civil brasileira: as regras formais e institucionais da democracia representativa ou a construção autônoma dos movimentos sociais. São estas divergências políticas e teóricas que levam a que alguns dos pesquisadores saiam do CEBRAP para formar outras instituições, como o CEDEC, em 1977 e o IDESP, em 1980. (Lahuerta, 1999; 2001; Sorj, 2001; Perruso, 2009). No sentido de compreender o impacto destes reposicionamentos na reflexão sobre violência nos concentraremos na produção do CEDEC, que levou à maior radicalidade o investimento na problemática do sujeito, da ação política e dos movimentos sociais e onde se institucionaliza o primeiro grupo de São Paulo a se voltar à pesquisa da *violência urbana*.¹¹

10 Participaram de sua elaboração além dos organizadores Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant – como organizadores Cândido Procópio Ferrreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza, Antonio Flávio de Oliveira Pierucci, Clóvis Moura e Fernando Henrique Cardoso.

11 Embora Perruso mencione a importância do estudo de José Álvaro Moisés sobre quebra-quebras e a constituição do projeto Cidadania e Participação Popular, no qual se inclui uma linha de estudos sobre “criminalidade, pobreza e violência” de acordo com seu recorte, centrado no momento “heroico”, “romântico” e “triumfalista” das pesquisas sobre os “novos movimentos sociais”, quase nenhum destaque é concedido aos estudos posteriores sobre violência urbana desenvolvidos no CEDEC.

O direito da população à segurança: violência estrutural, violência urbana e crime violento

O CEDEC¹² se dedicou a um amplo leque temático e político – estudo dos movimentos sociais, da questão da cidadania, das formas de participação social e das mudanças no sindicalismo. O sentido das investigações estava atrelado à aposta na possibilidade de constituição de novos sujeitos no espaço público, apontando para o seu significado político afirmativo de ruptura dos novos sujeitos sociais com a dominação vigente. A participação social das *classes populares*¹³ passou a ser preocupação dentro de uma proposta que procurava articular política e ciência: a estratégia de apreender o universo dos sujeitos pesquisados estava ligada à ideia de cooperação com a mudança da realidade a partir dos estudos realizados, concretizados na forma de pesquisa engajada – pesquisa participante, pesquisa-ação... – e em apoio político por meio de assessoria em “educação popular” e “formação política”.

Nesta iniciativa de renovação do pensamento político-social brasileiro sobre as classes populares, ganha destaque *A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”* (Moisés et alii, 1978), relacionando as contradições do desenvolvimento urbano em uma ordem capitalista para explicar “a vaga de *quebra-quebras*” de trens ocorridos a partir de 1974 nos subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contrariando a sua condenação como “atos de vandalismo e selvageria” estas ações coletivas seriam uma solução encontrada pelas classes populares para expressar seu descontentamento em um contexto de inexistência de canais para expressão de demandas. A partir desta orientação geral, o CEDEC passou a incluir em suas preocupações não somente os movimentos sociais organizados, mas inclusive os espontâneos e irruptivos, pensados como atos políticos, uma forma de consciência e protesto, embora turvos, de uma cidadania fragilizada e fragmentada. Nesta perspectiva, são elaborados os textos de José Álvaro Moisés, Lícia do Prado Valladares e Edison Nunes, sobre os *quebra-quebras* de trens, ônibus e metrô no Rio de Janeiro e em São Paulo, presentes em *Cidade, Povo e Poder* (Moisés et al., 1982).¹⁴

12 Compunham o CEDEC, inicialmente, além de Francisco Weffort: José Álvaro Moisés, Eduardo Kugelmas, Marilena Chaui, Perseu Abramo e Francisco de Oliveira (Barbosa, 2009).

13 Designação para um “coletivo socialmente heterogêneo”, composto por operários industriais, assalariados de bancos e comércio, baixa burocracia estatal e por vezes profissionais liberais que, diferente do “caso clássico europeu” encontraria sua unidade não em seu papel ao nível do sistema de produção e na “identidade operária”, mas no plano da política e em uma “identidade popular” (Moisés, 1982).

14 Participam do volume, além de José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Lícia do Prado Valladares, Edison Nunes, Tilman Evers, Clarita Muller-Plantenberg, Stefanie Spessart e Pedro Jacobi.

Esses estudos em conjunto, em especial o último, já expressa sinais significativos de mudança em relação à perspectiva do CEBRAP. O ponto de partida, no entanto, é comum. Diz respeito a um consenso de que os movimentos sociais urbanos surgiriam em função do processo de pauperização que atinge as classes populares nas condições do desenvolvimento capitalista de então, caracterizado pela superexploração dos assalariados e que acarretaria a dilapidação da força de trabalho e a redução do nível de sua reprodução. Os movimentos sociais seriam uma via de resistência e de solução coletiva para amenizar os problemas advindos das contradições urbanas, em uma conjuntura de impedimento à articulação política. Em São Paulo, é principalmente Lúcio Kowarick o principal defensor desta perspectiva, consolidada em *A Espoliação Urbana* (1980) e, no volume que estamos analisando, no capítulo *O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação urbana*.

Em outro texto, *Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo* (1982),¹⁵ Lúcio Kowarick expõe com mais detalhes as consequências do seu ponto de vista: a violência do crime seria uma dentre outras facetas da violência decorrente do modelo de desenvolvimento urbano-capitalista, que se expressaria ainda em violência no trânsito, questões de saúde, acidentes e doenças do trabalho. A violência criminal é entendida em grande parte como decorrência dos baixos salários conjugados com más condições de vida, em especial quando se trata do crime contra o patrimônio, considerado *estratégia de sobrevivência* das classes populares. Embora ressalte o problema da perseguição política e também da engrenagem “montada para fabricar indivíduos [...] fora da lei” – ligada, de um lado, à violência institucional na seleção do criminoso a partir de sua participação em estereótipos de pobreza e de outro, “verdadeiras máquinas do crime, solidamente estruturadas, principalmente em torno do tráfico de entorpecentes, lenocínio, contrabando, para não falar no jogo do bicho e da recepção de objetos roubados, que pouco têm a ver com a assim chamada *criminalidade comum de rua*” – será em torno da primeira assertiva que incidirá a crítica posterior, da associação crime e pobreza, que por ora não cabe examinar (p. 41-42).

Uma mudança significativa irá se configurar a partir da institucionalização no CEDEC, ao fim dos anos 1970, da linha de pesquisa *Cidadania, violência e instituições judiciárias*, no qual se destacaram, inicialmente, Rosa Maria Fischer e Maria Victoria Benevides. A pesquisa *Menino de rua: expectativas e valores de menores marginalizados* (Fischer, 1980) é o primeiro passo deste grupo na

15 Em coletânea resultante de debate no IUPERJ sobre o tema *Violência e Cidade*, no qual participaram, além de Lúcio Kowarick: Ruben George Oliven, Renato Raul Boschi e Antonio Luiz Paixão.

resposta crítica à preocupação social com o *delinquente juvenil*, considerado pela opinião pública causa da violência urbana. Outro passo importante foram os estudos sobre o debate público a respeito do problema da violência, causas e soluções (Benevides, 1983), e sobre linchamentos (Benevides, 1982; Benevides e Fischer, 1983), violência policial e segurança pública (Fischer, 1985), que em conjunto procuram uma perspectiva própria no reconhecimento do problema do crime violento na percepção pública e na construção de hipóteses para o significado da violência e do crime e das causas do seu aumento.

Nos estudos sobre linchamento é construída uma das hipóteses centrais. Vistos como sinal de descrédito da população em relação aos aparelhos policiais e de justiça, expressão de um fosso existente entre a linguagem dos direitos e a linguagem da violência cotidiana, a violência intrassocial representada pelos atos de “justiça” popular teria ligação com a familiaridade da população com os métodos violentos da polícia: a estigmatização do pobre, aceita pela população em geral, levaria às reações de apoio à arbitrariedade, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da ineficácia dos procedimentos policiais e judiciais na garantia da segurança provocaria reações de revolta, como os linchamentos (Benevides, 1982; Benevides e Fischer, 1983). Contudo, para as autoras, trabalhar o problema da violência urbana seria antes analisar as representações sobre as causas da violência e suas principais “terapias”, que são investigadas pelos veículos de imprensa e na fala tanto de autoridades oficiais como nos discursos que se pretendiam alternativos, polarizados entre, de um lado, o discurso da ordem e da força, e de outro, o discurso de combate às causas sociais. Em meio a estas representações emerge a discussão sobre o real aumento da violência, o papel da imprensa assim como da violência policial como fator de destaque (Benevides, 1983).

Sintetizando os esforços de pesquisa anteriores e trabalhando de maneira mais complexa a relação entre mobilização popular e instituições de segurança pública e justiça criminal, o livro *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana* (Fischer, 1985) representa um avanço fundamental em uma definição mais restrita do conceito de *violência urbana* e das limitações nas estratégias organizadas, especialmente a ligada à militância em direitos humanos. O foco principal da pesquisa foram as classes populares e as suas condições de reação politicamente organizada à violência que sofrem. Seguindo uma opção metodológica de proximidade dos sujeitos pesquisados, a autora acompanha etnograficamente, na primeira parte, a relação entre população e polícia na delegacia, segundo o pressuposto da existência de uma relação de confronto social e não de serviço público. Na segunda parte, investigando a mobilização de moradores em dois bairros de São Paulo, aponta os desafios e limitações encontrados na

organização de demandas e na passagem de movimento de reivindicação a movimento social organizado no sentido do controle público do aparelho de Estado.

Antes de apresentar os principais resultados importante é entender o percurso de construção teórico-metodológico da pesquisa. A autora situa a questão principal no cruzamento de dois caminhos: a “análise parcial da violência emergente na atuação das instituições do Estado que executam o controle social” e das concepções de violência e cidadania no interior das representações populares, que orientariam suas aspirações e mobilizações. Esta construção se dá a partir da percepção pública sobre o crescimento da criminalidade violenta na área metropolitana e o crescimento da violência policial que, “embora guardem entre si algumas semelhanças e, muito provavelmente, uma relação de causalidade”, afetariam de maneira diversa e em diferentes momentos os segmentos da sociedade. Expressão desta premissa estaria na abordagem dos meios de comunicação que, na década de 1970, começaram a abrir cada vez mais espaço para o tema da criminalidade, favorecendo a mudança de hábitos em torno do medo e da insegurança que teria impactado as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mas não dando tanto destaque à violência policial, que se destacaria apenas em casos tratados como esporádicos, a exemplo do *Esquadrão da Morte* em São Paulo e do *Mão Branca*, no Rio, ou no acompanhamento das denúncias de tortura de presos políticos.

Subjacente à pesquisa estaria presente a dúvida sobre a correspondência entre a percepção de insegurança e o crescimento real das taxas de criminalidade violenta nas cidades. Mas, não pretendendo uma mistificação do fenômeno da criminalidade violenta, a autora passa a pautar sua pesquisa a partir de uma problematização do conceito de *violência urbana*, que considera por demais abrangente e frágil em termos de análise. A sua adoção se dá apenas na medida em que o cenário urbano corresponde aos limites do levantamento de campo. Assim, mesmo considerando o fato de que a “essência” das leis tende a reforçar as condições de dominação e a grande inadequação dos órgãos judiciais na aplicação da lei, “a pesquisa considerou as ações e práticas de indivíduos, grupos sociais e instituições como violentas desde que transgredissem os códigos legais em vigor no país”, “ficaram excluídas da análise [...] as condições estruturais de vida das camadas populares como pauperismo, desnutrição, dificuldade de acesso aos serviços e bens públicos” (p. 8-9)

A autora justifica o seu recorte “pela preocupação em não carrear águas para a fonte aparentemente inesgotável das análises amplas, que reforçam modelos explicativos perversos – como o que coloca a miséria como geradora de condutas desviantes” (p. 63). Desse modo, há uma recusa à perspectiva dos estudos

que buscam elaborar as causas socioeconômicas para a violência criminal, tanto por seu grau de generalidade, que acaba por correlacionar crime-pobreza, quanto por utilizarem a criminalidade oficialmente reconhecida como critério para análise. Cita o exemplo do estudo de Antonio Luiz Paixão (1982), que sugeriria estar a criminalidade associada a uma “estratégia de sobrevivência das classes populares” ou a tese mertoniana da “defasagem entre as aspirações culturalmente prescritas no meio urbano e os meios socialmente estruturados para obtê-las”. Apoiada em Edmundo Campos Coelho (1978; 1980), critica essa linha explicativa por considerá-la “metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa”. Para Fischer, a maioria das explicações provenientes de cientistas, juristas, policiais e do próprio povo teria um “sabor de sociologia do senso comum”: ao evidenciarem as causas econômicas, se por um lado apoiam as reivindicações populares por melhores condições de vida, por outro abastecem o “discurso autoritário” que reivindica maior poder às instituições de polícia e justiça criminal (p. 68).

O referencial teórico-metodológico da pesquisa, portanto, busca o olhar dos sujeitos sobre o que é violência, em uma típica opção do que Perruso caracterizou como “inflexão fenomenológica” (2009). Contudo, mesmo adotando as referências para análise dos movimentos sociais urbanos, que considera mais adequadas por privilegiar o enfoque da ação e da organização, este não ofereceria um apoio muito seguro. Seus resultados de pesquisa apontariam para “questionar os limites do instrumento de organização popular frente ao desafio da conquista do direito e da afirmação perante o Estado” (p. 65). A pesquisa centra o foco justamente nas dificuldades de organização da sociedade local. Uma primeira dificuldade de politização, como apresentado em pesquisas anteriores, eram os linchamentos, embora não seja a estratégia típica de reação popular, havendo mais fatores inibidores que estimuladores a estas práticas. Uma segunda refere-se à fragmentação e à dispersão dos sujeitos observados, pois geralmente não se colocavam como um movimento social organizado em torno da imposição de pautas políticas, fiscalização das ações estatais e participação nas políticas públicas desenvolvidas. Alimentada pelo medo da represália, seja da polícia, seja da criminalidade, e ciosa da diferenciação entre o “bandido” e o “homem de bem”, a postura adotada era na maioria das vezes simplesmente reivindicatória, ao considerar o problema assunto para ser resolvido pelo Estado.

Este cenário de limitações levaria ao apelo da autora à reformulação das estratégias dos grupos organizados no sentido de tornar mais concreto, na interação com as classes populares, o ideário dos direitos humanos que estaria sendo trabalhado de modo muito abrangente e universalista. Para o combate

às arbitrariedades e violências do Estado, no sentido de reforma de suas instituições de controle social como objetivo não dependente das mudanças nas desigualdades estruturais da sociedade brasileira, caberia organizar a luta tendo como horizonte o longo prazo. Assim, os estudos sobre violência no CEDEC caminharão para o enfraquecimento da aposta na organização política das classes populares em nível local e mais para a reforma das instituições estatais. Nesse sentido, a entrada de Sérgio Adorno no CEDEC, em 1985, reforçaria a tendência, tendo em vista a eleição deste sociólogo para a atuação da justiça criminal.¹⁶

Ao fim dos anos 1980 não é apenas o grupo do CEDEC que chega a uma definição mais restrita do conceito de *violência urbana*. Esse contexto abre espaço para o amadurecimento de outras perspectivas, que já se apresentavam nas pesquisas de Teresa Caldeira (1984) e de Vinícius Caldeira Brant et alii (1986)¹⁷ no CEBRAP, que indicavam, cada um a seu modo, as resistências e desacordos entre a pauta política da democracia e dos direitos humanos. O livro *São Paulo: trabalhar e viver* (Brant, 1989), trabalho coletivo do CEBRAP, também encomendado pela CJP, expressa bem esta mudança.¹⁸ No capítulo *Ter medo em São Paulo*, o crime violento sai dos espaços marginais dos noticiários e passa a ocupar as primeiras páginas, o horário nobre da televisão e as campanhas eleitorais, e emerge mudando a paisagem da cidade a partir do medo. Muros, grades, trancas e sistemas de alarme se multiplicam. Os habitantes mudam sua rotina. Saem menos à rua, evitam certos caminhos, armam-se ou contratam guardas armados. Mas não se trataria de “pura paranoia coletiva”: as estatísticas disponíveis¹⁹ comprovariam a elevação das taxas de criminalidade violenta na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana na década de 1980, em especial a constância de elevação das taxas de homicídio. Este é o quadro inicial que o estudo oferece para introduzir o leitor no debate acadêmico sobre as características e as causas deste aumento que, se é marcado pela controvérsia, ao menos parte de um ponto comum, de que o problema da violência é um dos que mais

16 Sociólogo formado na USP, onde tivera um primeiro contato com o tema da violência em pesquisa sobre egressos penitenciários, comandada por Maria Célia Paoli (Relatório de Pesquisa, FAPESP, 1976), realizou suas primeiras pesquisas sobre a questão carcerária e reincidência criminal no Instituto de Medicina Social e Criminologia – IMESC, de 1984 a 1989 (pesquisas registradas também no âmbito das pesquisas do CEDEC e posteriormente NEV).

17 A pesquisa, intitulada *O trabalhador preso no estado de São Paulo*, investigou o perfil da população prisional do Estado de São Paulo.

18 Além de Brant, participam da edição Amélia Cohn, Antonio Flávio Pierucci, Elza Berquó, Emir Sader, Helena Menna Barreto Silva, Marcelo O. C. de Lima, Milton Campanário, Nabil Bonduki, Paul Singer e Teresa Pires do Rio Caldeira.

19 Coligidas a partir dos Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, 1981-1987, da Fundação Seade.

suscita paixões, revelam preconceitos e ódios, expressando assim a dificuldade da convivência com os diferentes na metrópole.

Entre as hipóteses explicativas para o aumento da violência criminal no debate sociológico, combinadas ou não, estariam: de um lado, a recessão econômica e deterioração de vida das classes populares e de outro, a deficiência dos aparelhos de segurança e proteção, tanto a polícia quanto o sistema judiciário, cujos estudos mais recentes estariam enfatizando. Neste ponto o estudo cita Edmundo Campos Coelho (1987) e sua reflexão acerca do crescimento da criminalidade urbana violenta no Rio de Janeiro e em São Paulo, que em momento de recessão econômica tendeu a declinar, enquanto que o movimento ascendente das taxas coincidiria com o período de reduções na despesa per capita com segurança pública. Contudo, afirma o estudo que estas “pesquisas não têm sido capazes de dar explicações cabais sobre os motivos da violência”, mas “têm permitido desqualificar velhas imagens e preconceitos com relação à caracterização do criminoso” (p. 163). Os estereótipos que associam analfabetismo e desemprego com a condição de criminoso em potencial não se sustentariam; no entanto, a experiência da violência e do medo, independente do real impacto da criminalidade oficial, reorganizaria o cotidiano na cidade a partir das “falas sobre violência”, “basicamente uma construção e uma demarcação de distâncias sociais” (p. 165). O discurso de falha das regras e instituições reforçaria o discurso da ordem, pensado em termos privados e violentos.

O capítulo finda com a “questão do menor”, preocupação que de maneira mais clara percorre as pesquisas do CEBRAP e do CEDEC, para a qual emergiam como fatores explicativos o cruzamento da miséria, da desagregação familiar, e com cada vez mais força a atuação das redes de ação policial, parapolicial e de gangues e o fracasso das instituições totais. A partir desses fatores conjugados na caracterização da *violência urbana*, percebe-se que os estudos do CEBRAP e do CEDEC expressam um percurso importante: seria necessário diferenciar a violência inerente às condições de vida das camadas desfavorecidas – que extrapolaria a discussão para o tema mais amplo da estrutura socioeconômica do país –, da ocorrência de atos violentos em situações de criminalidade (assaltos, homicídios, agressões físicas). A ênfase na *violência estrutural* abre espaço para a realidade própria de uma *criminalidade urbana violenta*, para a qual seria conveniente definir indicadores quantitativos e qualitativos, assim como perceber o quanto o Estado, através da *violência policial*, coopera neste cenário.

Desse modo, caminhando no mesmo sentido que Edmundo Campos Coelho (1978) e Alba Zaluar ([1985], 2000) no Rio de Janeiro, a relação entre pobreza e criminalidade, convenientemente aceita pelo debate público e autoridades é

contestada, sendo concebida como justificadora de procedimentos policiais arbitrários. Diante da insuficiência tanto da percepção pública quanto dos dados quantitativos oficiais para a caracterização desta violência, o seu estudo passa paulatinamente a significar a investigação sobre o funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal em suas relações com a população. Contudo, ainda estaria em aberto a explicação para o crescimento da criminalidade violenta, assim como para a continuidade de traços autoritários no Estado e na sociedade brasileira, como a percepção popular a respeito da necessidade do uso de mais violência na contenção dos conflitos sociais.

A violência urbana e a “decepção com o popular”

Naquele que talvez seja o primeiro exercício de revisão crítica da literatura sociológica sobre o tema da violência urbana, Maria Célia Paoli (1982) afirma que os primeiros estudos no Brasil desembocaram na questão da “ausência da cidadania” e os mecanismos que reproduziriam as dificuldades de sua construção, consolidadas em três perspectivas: 1) os impedimentos aos direitos de organização autônoma para a defesa de interesses, por conta da Lei de Segurança Nacional; 2) a cultura política da sociedade brasileira, marcada pelas práticas relativas ao favor, ao clientelismo, à subordinação direta à autoridade e ao recurso à violência e 3) a incapacidade da ordem jurídica, seja pelo arbítrio policial, seja pela impunidade e privilégios, em se tornar um efetivo mediador dos conflitos da sociedade. A cada uma dessas interpretações decorreriam sentidos de atuação diferentes e articuladas, como a luta político-partidária, a mobilização ideológica ou a reforma do sistema de justiça. Em acréscimo ao debate, Paoli sugere que a violência urbana apontaria para um contingente populacional variado, formado por grupos sociais desprovidos de poder e de uma identidade coletiva reconhecida. Seriam os trabalhadores pobres sem atividade fixa, os velhos, as crianças, os negros, os homossexuais, as mulheres, os loucos, os criminosos, cujos mundos de significação estariam ocultos na dimensão privada e local do cotidiano. Nesse sentido, a questão trazida pela *violência urbana* seria a da construção de um *espaço civil* de mobilização e reconhecimento de diferenças, demandas e direitos.

Essas quatro perspectivas reunidas oferecem um panorama sintético das principais tendências teóricas e políticas dos estudos sobre violência em São Paulo no contexto de resistência à ditadura. Interessa indicar o quanto no debate sobre violência faz-se notar a atuação de diversos movimentos sociais, como o feminista, o negro, o de trabalhadores rurais e do operariado, o de bairros e favelas, as práticas associativas ligadas à Igreja, assim como as entidades de defesa dos direitos humanos e sua denúncia da situação dos presídios, da violência contra crianças

e adolescentes e o emprego da tortura. Esses movimentos, articulando-se à luta pela anistia e pelo voto direto, pareciam indicar a existência de uma sociedade civil autônoma e democrática como antes não existira na história brasileira.

Contudo, como vimos antes, as pesquisas sobre criminalidade urbana violenta começam a apontar para os problemas do apoio popular à violência do Estado assim como para as dificuldades de organização da militância em direitos humanos. Essas mudanças corresponderiam ao que Alba Zaluar ([1999] 2004) denominou “decepção com o popular”, que teria marcado parte da intelectualidade nos anos 1980. De acordo com a antropóloga, dos anos 1970 até 1984 havia predomínio de estudos sobre a violência vinda do povo e da sociedade – movimentos messiânicos, cangaço no campo, quebra-quebras urbanos –, colocando em causa a violência legítima contra o Estado ilegítimo e ilegal. Em contraste com esses estudos, o debate sobre violência nos anos 1980 teria se encaminhado para uma “decepção com o popular”: as práticas de linchamento entre a população pobre e o apoio social às ações policiais repressivas ilegais presentes também nestas camadas, teria criado uma fissura na nítida separação entre a violência legítima dos movimentos populares e a ilegítima dos órgãos estatais. A essas práticas não se podia mais considerar indício de uma cidadania adormecida e, ao mesmo tempo, obrigavam a refletir sobre o aumento da criminalidade, considerada por muitos cientistas sociais preocupação exagerada pelo sensacionalismo da imprensa.

Seriam então retomadas as ideias sobre as falhas e faltas da formação cultural da sociedade brasileira – a ausência de concepção de cidadania, seja pela continuidade da ideologia do favor, seja pela incompletude de uma sociedade de indivíduos em uma sociedade baseada em princípios hierárquicos. Um culturalismo que se afirmariam diante da frustração das apostas e das promessas de transformação social e de democracia diante da presença da violência e do autoritarismo na sociedade. A falta de apoio da população à política de direitos humanos expressaria com bastante força esta “decepção”, que Zaluar afirma poder ser atribuída a uma concepção idealizada do povo entre os intelectuais, embora nem sempre explícita em seus textos. No sentido de entender essa “decepção com o popular” e os caminhos político-intelectuais para a sua superação, ganha destaque em São Paulo a linha de estudo e militância sobre a questão da violência policial, que tem nas Comissões de Direitos Humanos ligadas à OAB e à Igreja Católica²⁰ o principal apoio e, para o que nos interessa, na construção do NEV sua principal resultante.

20 Em São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, a Comissão Teotônio Vilela – CTV, o Centro “Santo Dias” de Direitos Humanos, da CJP e o NEV, e no Rio de Janeiro, a Comissão sobre os Crimes da Baixada Fluminense e o grupo Tortura Nunca Mais.

Em busca de saídas para a “decepção com o popular”: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

O Relatório *Violência policial no Brasil: execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*, do *The Americas Watch Committee*, publicado em 1987, demonstra exemplarmente esta coalizão de forças. O documento marca o maior engajamento da Igreja Católica na defesa dos direitos humanos. No plano internacional este engajamento resulta do Concílio Vaticano II (1962-1965), da Conferência Latino-Americana dos Bispos em Medellín, Colômbia, 1968 e no Brasil, do contexto de repressão militar e da luta pela redemocratização, no qual se torna marcante a estratégia de reforma do Estado a partir dos governos de Franco Montoro (1983-1987), em São Paulo, e de Leonel Briozola (1983-1986), no Rio de Janeiro, duas experiências com intenções progressistas que ocupam um lugar importante na discussão sobre as relações entre democracia e violência.²¹

Destacando a autoanistia dos militares com relação aos atos criminosos na administração, o relatório aponta que a transição para o governo civil não teria apagado os efeitos do governo militar e para o fato “irônico” de que “a preocupação com os direitos humanos, surgida por causa da ditadura militar, tenha até certo ponto voltado ao esquecimento” (p. 9). Apesar dos maus tratos contra os presos políticos terem praticamente desaparecido, persistiriam a violação de direitos humanos de cidadãos comuns e é menor a atenção e apoio dos meios de comunicação e do público em geral para o tema. Foi em resposta a essas demandas de ativistas em direitos humanos brasileiros que a *Americas Watch* justificou a sua missão no Brasil. A violência policial é abordada no contexto urbano, indicando a sua interferência nas taxas de crime violento, seja pelo homicídio, caso da Polícia Militar, ou pela tortura, caso da Polícia Civil. A fonte desta violência institucional é buscada na história brasileira, principalmente na herança inquisitorial e na federalização dos controles militares nos anos 1960. A resultante seria

21 Até hoje há uma divisão da opinião pública e que envolve também cientistas sociais, a respeito do papel destes dois governos: para uma parte da opinião pública seriam os responsáveis pelo crescimento da violência criminal; para outra, seriam experiências importantes para o fortalecimento da democracia e do combate à violência. O estudo, ainda por se fazer, das relações dos *intelectuais* com as forças políticas desta época teria muito a iluminar as clivagens do debate público sobre o crescimento da criminalidade, as políticas de direitos humanos e o fortalecimento da democracia, assim como poderia discutir a tese da conversão da *intelligentsia* em espécie de “anel burocrático” no período da redemocratização. Referências iniciais que destacam a vitória oposicionista nos dois estados e o papel da intelectualidade na ocupação de postos podem ser encontradas também no estudo de Pécaut (1990) e de Lahuerta (1999).

o aperfeiçoamento sistemático da violência no regime militar e os desafios para a mudança nas estruturas do Estado e do modelo de trabalho policial.

Como base do discurso, está implícito o diálogo com as explicações sociológicas da época, com destaque para a de Paulo Sérgio Pinheiro e sua análise da relação entre o autoritarismo das instituições do Estado e o autoritarismo da sociedade. Em seus trabalhos iniciais na área da violência (Pinheiro, 1979; 1982; Pinheiro e Sader, 1985) é possível perceber o desenvolvimento desta concepção. O ponto central é que, embora a violência organizada por parte do Estado tenha se tornado preocupação da sociedade somente a partir do momento em que contingentes das classes médias são atingidos, ao longo da história brasileira há uma continuidade no emprego da violência arbitrária sobre a população mais pobre, na forma de maus tratos, tortura ou mesmo degredo e eliminação. Haveria uma “perversa semelhança” entre as práticas policiais apesar das mudanças de regimes políticos. Ao contrário do aparente abrandamento da repressão com os interregnos de *democracia restrita*, toda vez que o autoritarismo se reforça haveria um acirramento dos maus tratos nas delegacias e prisões.

O caso da Polícia Militar é utilizado como exemplificação deste processo. A sua instrumentalização pelo sistema político – transformação das antigas forças militares estaduais em instituição submetida ao Exército, em nome da Segurança Nacional – é o argumento central do autor: a visão dessas agências sobre o controle da criminalidade seria baseada na guerra contra o inimigo, os agentes do mal-infiltrados em um povo naturalmente pacífico e ordeiro, trazendo à tona a confusão entre a repressão política e o combate ao crime. A consequência mais grave deste processo é “regressão” dessas agências à condição de grupos ilegais, diante do encorajamento, omissão ou ausência de controles legais sobre as instituições de repressão. Em situações de crise política, sob a cobertura de uma Justiça Militar corporativa, no sentido de “provar” sua eficiência, alguns policiais resolvem atuar por meio do sequestro, tortura e eliminação dos “marginais”. A partir da atuação de órgãos oficiais como as Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), é traçada uma linha de continuidade com as práticas de “vigilantismo” popular, passando pela formação dos “Esquadrões da Morte”.

A principal conclusão a que chega Pinheiro é a incongruência entre o processo de transição democrática e a sobrevivência de um aparelho policial hipertrofiado e militarizado. Esta concepção, ao contrário de realizar um controle do crime, produziria objetivo oposto: o aumento da escalada da violência em uma sociedade marcada pela inexistência de canais políticos de participação e por um processo de “privatização social”: a falta de informação, a conformidade forçada às normas sociais pela repressão e o incremento do consumismo

teriam reduzido a visão e a circulação dos indivíduos aos circuitos privados de interação. Subjacente a esta concepção está o entendimento de que a história política e social brasileira, desde a Independência, a abolição da escravatura e a proclamação da República é marcada por uma relação fortemente desequilibrada entre o Estado e a sociedade civil, na qual esta é constituída e reconstituída a partir daquele. O regime militar de 1964 é visto como expressão mais recente desse protagonismo do Estado e das oligarquias dominantes na história nacional frente a uma sociedade civil “gelatinosa”.

Por conta desse processo nunca teria prevalecido a noção de que a função da polícia é uma delegação feita pelos cidadãos ao Estado para que a proteção, a segurança de todos seja melhor concretizada, sem que os cidadãos recorram à violência individual (Pinheiro e Sader, 1985: 79). Nenhuma mudança teria posto em causa a exclusão das classes subalternas do processo de decisão e jamais o aparelho policial no Brasil se deixou permear pela democratização. Apoiado em Guillermo O’Donnell,²² Pinheiro adota a tese do *autoritarismo socialmente implantado*, segundo a qual a legitimidade existente na sociedade explicaria a continuidade da violência do Estado. A continuidade das práticas repressivas arbitrárias se estabeleceria não somente em razão dos interesses das classes dominantes ou das resistências dentro das estruturas do Estado, mas também pela legitimidade conferida pela sociedade civil. Nesse sentido, na transição para a democracia no Brasil, seria preciso desvendar e combater toda uma rede de “microdespotismo” e “pequenas autoridades” na sociedade civil, que desenvolvem e aperfeiçoam os mecanismos de violência e sujeição, construindo assim o caminho de construção de um Estado de Direito. Esta transição duraria enquanto as mudanças formais e jurídicas ainda não se concretizarem em uma cultura política substantivada nas instituições e na vida cotidiana. A persistência desse descompasso entre ordem legal e cultura política o faz conceituar o regime político brasileiro como uma *democracia limitada*: há direitos políticos exercidos, eleições e rotatividade do poder, mas persiste a continuidade autoritária não obstante estas formalidades.

Como consequência da linha argumentativa de Pinheiro, contra a persistência do “entulho autoritário” seria necessário fortalecer os controles sobre a atuação do Estado e investir contra a impunidade, sendo, assim, as graves violações de direitos humanos e civis o teste da democracia nascente. É nesse sentido que surge a iniciativa de construção do NEV que, constituído em 1987, procuraria

22 Em uma de suas formulações iniciais sobre a ideia de autoritarismo socialmente implantado, o cientista político argentino se utiliza das referências de Roberto Da Matta a respeito das características hierárquicas da cultura brasileira para compará-la à argentina e explicar as razões da existência de um regime político ditatorial menos autoritário no Brasil (O’Donnell, 1986).

unir a pesquisa sobre violência ao ativismo em direitos humanos. A sua principal parceria se constituiu com a Comissão Teotônio Vilela (CTV),²³ formada por uma fração da elite intelectual e política de esquerda no contexto da redemocratização voltada à situação dos direitos humanos em prisões e instituições fechadas.²⁴ Com o fim do governo Montoro, o refluxo do apoio ao tema de direitos humanos, a ideia inicial de um centro auxiliar da militância transformou-se na intenção de criar uma organização de pesquisa universitária que pudesse qualificar as informações sobre direitos humanos no longo prazo, problematizando a passagem para o governo civil. Embora o tema da violência seja central, as questões referenciais do grupo estão ligadas no âmbito da discussão sobre direitos humanos e democracia e não propriamente à questão do crime e da segurança pública. Esses dois universos de preocupação se inserem antes como campo empírico na medida em que a continuidade do uso abusivo da força por parte do Estado e a existência de uma sociedade não pacificada resultam em graves violações de direitos humanos que afetam a consolidação da democracia.

No que se refere ao debate sociológico do período, a principal contribuição do NEV é tanto a análise crítica da atuação do Estado como também o início uma leitura mais desencantada da sociedade civil, visto que ele se constitui na tensão entre a aposta em uma sociedade civil não organizada o suficiente e legitimadora do autoritarismo e a aposta na ação de um Estado que, apesar de algumas transformações, é marcado por rotinas pouco democráticas e por ações violadoras dos direitos humanos. A tese do *autoritarismo socialmente implantado*, conceito estratégico para o grupo, buscava justamente captar teórica e politicamente o jogo de mútua interferência entre Estado e sociedade na conformação de uma cultura política democrática ou autoritária, possibilitando tanto a reforma do Estado como da sociedade (Vasconcelos, 2009). Além disso, apesar das *tinturas culturalistas* do argumento, mais preocupado em destacar a continuidade de padrões culturais que a mudança, ele serviu também para dar respostas a demandas conjunturais, como a explicação do aumento

23 A CTV foi criada em 1983, como resposta a intervenções governamentais e revoltas nas prisões do Rio de Janeiro e de São Paulo (Pinheiro e Braun, 1986). Sua figura central era o Senador Teotônio Vilela que, ao final da ditadura militar, presidiu a comissão sobre Anistia no congresso nacional. Tendo como mandato preferencial a situação dos direitos humanos nas prisões e instituições fechadas, a CTV colocava-se como movimento direcionado ao combate das continuidades do regime autoritário na democracia brasileira. Sobre a CTV, conferir Fabio Silva Tsunoda (2009).

24 Junto com Paulo Sérgio Pinheiro, compuseram a CTV até 1986: Severo Gomes, Agostinho Duarte de Oliveira, Eduardo Matarazzo Suplicy, Emir Sader, Fernando Gabeira, Glauco Pinto de Moraes, João Baptista Breda, José Gregori, Hélio Bicudo, Hélio Pellegrino, Margarida Genevois, Maria Helena Gregori, Marilena Chaui, Radhá Abramo, Alberto Dines, Antonio Candido, Fernando Millan e Miguel Pereira.

da criminalidade urbana violenta. A violência intrassocietária, como modo de resolução violenta dos conflitos sociais, teria colaborado em grande parte para a explicação do crescimento da criminalidade urbana violenta, em especial dos homicídios em São Paulo (Lima, 2011).

Já em termos políticos, a atuação do NEV teria favorecido o investimento na análise crítica da atuação do Estado na área de segurança pública, em especial nos períodos de crise, como as ocasionadas pela rebelião da penitenciária do estado em 1987, com 29 mortes, alguns casos graves de sequestro, mas principalmente o “Massacre do Carandiru”, em 1992. A repercussão desses casos teria aberto espaço para os pesquisadores nos meios de comunicação e junto ao Estado. A continuidade mais intensa da conciliação militância/pesquisa se daria nesse contexto, até o momento em que as relações entre direitos humanos e segurança pública começam a ser renegociadas, a partir, fundamentalmente, da Cúpula Mundial dos Direitos Humanos em 1993 e da elaboração e promulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996), sob responsabilidade de intelectuais ligados ao NEV (Vasconcelos, 2009).

Da *intelligentsia* à profissionalização: tensões e trânsitos entre vocação pública e especialização acadêmica

Esta descrição sumária da formação do NEV aponta para uma fragmentação da *intelligentsia* frente ao fim de “retorno à normalidade democrática” e a estruturação das ciências sociais como campo científico e profissionalizante, já sinalizado por Lahuerta (1999; 2001) e por Perruso (2009), mas pouco explorado em sua análise, uma vez que o autor se voltara ao período 1969-1979 e ao *partido intelectual* formado na relação entre o CEBRAP, o MDB, o jornal *Opinião* e a SBPC. O que a presente análise demonstra é a continuidade e diversificação desta rede de atores, referente à articulação entre a Igreja Católica, o MDB, a *Folha de S. Paulo*, os juristas da OAB e a imprensa na ABI, que se organizaram no período 1979 – 1989 e enfrentaram os temas da Anistia, da implementação de políticas no governo Montoro e a re-institucionalização democrática do país, cujo marco é a Constituinte.

Nesse sentido, vive-se um contexto de recomposição de forças no qual, cientistas sociais, com experiência de internacionalização (pelo exílio “voluntário” ou “forçado”), convertem-se em lideranças intelectuais, tanto pelo conteúdo e sentido político de suas argumentações como por se constituírem em verdadeiros *institutional-builders*. A trajetória de Fernando Henrique Cardoso é exemplar, conforme indica Lahuerta (1999). Para o contexto analisado, é Paulo Sérgio Pinheiro quem exerce papel similar. Primeiro, na origem da CTV, que acentua

uma clivagem neste período, ligada à repercussão das medidas tomadas pelo governo Montoro, no setor referente à Justiça, defesa dos Direitos Humanos e em prol da *humanização dos presídios*. Depois, na formação do NEV, como reação acadêmica à polarização em torno dos direitos humanos entre os *formadores de opinião*. Com a colaboração de Sérgio Adorno, então pesquisador do CEDEC, recupera-se ao mesmo tempo a influência dos estudos anteriores na área.²⁵ A intenção era criar um centro de pesquisa seguindo o modelo de organizações como o CEBRAP, o CEDEC e o IDESP, mas “comprando a brigã” para instalá-lo dentro da USP, apostando que “a universidade tinha a condição de ser um intelectual coletivo para temas de média abstração, como a questão da violência” (Entrevista 24.11.08).

Ganha relevo nesta construção os vários vínculos político-institucionais entre intelectuais nos centros de pesquisa elencados. É constante a interação entre as instituições, expressa na realização de pesquisas, no fluxo de pesquisadores ou no envolvimento através de consultoria institucional.²⁶ Uma interação ligada à estratégia de recomposição de espaços de pensamento e atuação fragmentados pela ditadura, na qual as interações entre intelectuais e agências de fomento é outro aspecto importante desta questão. A história da Fundação Ford no Brasil é fator fundamental para o entendimento desses processos, tanto para a coletividade de cientistas sociais, como para o campo de estudos da violência, no sentido de conciliar as características de organização de militância política, de intervenção aplicada e de instituição acadêmica de pesquisa. Com a consolidação de uma comunidade acadêmica e de um sistema oficial de fomento à pesquisa por parte do Estado brasileiro, a Fundação começou a reorientar seus recursos para projetos aplicados ou de intervenção, reduzindo o apoio ao campo propriamente acadêmico e passando a investir na capacitação e gestão das ONGs, constituindo uma sorte de competição por recursos entre estes dos perfis de organização do trabalho intelectual. Como consequência, houve em todo o país uma expansão significativa de grupos de pesquisa institucionalizados na forma de núcleos e laboratórios e voltados à extensão universitária. Nesta política de intervenção se gestou uma mudança

25 Pode-se afirmar que em sua fase de pesquisador do IMESC e do CEDEC, Adorno mantinha uma relação de maior distanciamento das questões políticas do seu objeto, mas a partir do NEV começa uma mudança de posicionamento. É então que Adorno começa a tematizar os maus-tratos, as torturas e o desrespeito aos direitos humanos nas prisões (Carvalho, 1999; Vasconcelos, 2009). É o que se constata em sua investigação sobre o julgamento dos crimes dolosos contra a vida no Tribunal do Júri (Adorno, 1994).

26 Como a participação de Sérgio Adorno no CEDEC, de Pinheiro como membro do conselho editorial da Revista de Cultura e Política do CEDEC e de Rosa Maria Fischer como membro do Conselho Deliberativo do NEV.

de padrão de trabalho intelectual, sendo a área de direitos humanos paradigmática desses processos (Adorno e Cardia, 2002).

Pode ser traçada, assim, uma linha de continuidade, ao menos no que diz respeito aos estudos sobre violência, segurança pública e direitos humanos, entre os “centros independentes de pesquisa” surgidos nas décadas de 1970 e 1980 e a criação dos núcleos de pesquisa universitários. A linha de continuidade apresentada sugere a fragmentação e do “partido intelectual” surgido na resistência à ditadura e na luta pela democracia (Lahuerta, 1999) e sua recomposição no âmbito de um sistema universitário.²⁷ O posicionamento de cientistas sociais nos temas relativos à democracia e violência demonstrou que, na tentativa de constituição de uma nova cultura política pró-sociedade civil e pró-movimentos sociais em substituição ao “estatismo” do pensamento político, a intelectualidade brasileira foi levada a se questionar sobre o seu próprio papel diante do surgimento de novos sujeitos sociais e da diversificação dos espaços de atuação (Perruso, 2004). A concomitância entre a atuação política e a construção das condições para o exercício do fazer científico repercutiu na disputa entre visões mais políticas ou mais profissionalizadas acerca do papel do intelectual neste novo cenário. A história do NEV, em seu período de afirmação institucional, sinalizaria para o debate, imanente a esse processo.²⁸

As dificuldades na tarefa de conciliar militância e o trabalho de pesquisa e produção de conhecimento levariam o próprio Pinheiro a reconhecer que, a esta época inicial, “às vezes as coisas foram muito confundidas, a gente não sabia muito bem o que era o Núcleo” (Entrevista 24.11.08). Esta fala aponta para a maior radicalidade dos posicionamentos devido ao contexto de tensão do período de transição democrática, e um possível descompasso existente entre o papel intelectual e a formação de um campo de conhecimento pois, “em termos

27 As disputas e os arranjos institucionais envolvendo a formação e continuidade de centros de pesquisa nas últimas décadas, contudo, não se encerra nas fórmulas apresentadas. A vitalidade do CEDEC e do CEBRAP exemplifica as diferentes feições que a relação entre universidade e centros de pesquisa pode ter. A oposição e a competitividade ou a colaboração e a complementaridade entre esses dois perfis institucionais só podem ser definidas de acordo com a conjuntura histórica que se tem como foco (Cohn; Vigevani, 2002).

28 Como é demonstrado na opinião de Fábio Wanderley Reis sobre a questão: “a contribuição das ciências sociais tem de ser uma contribuição que se distinga pela força analítica e pelo interesse intrínseco do conhecimento trazido, e não pode ser uma contribuição em que os palpites do cientista social bem-intencionado simplesmente compitam em igualdade de condições com os palpites do leigo [...] Veja o exemplo do Núcleo de Estudos sobre a Violência da USP: podemos saber pouco ou nada sobre o conhecimento por ele produzido (que pode até ser muito meritório), mas somos regularmente expostos a suas manifestações indignadas de repúdio à violência dos violentos” (Reis; Velho, 1997, p.42).

do papel a desempenhar como intelectuais isso estava claro para nós. Quanto à constituição do campo como disciplina, isso, pelo menos para mim, não estava claro” (Entrevista 24.11.08). O Núcleo, portanto, projeta-se como a continuidade de uma militância, iniciada, principalmente, com juristas e membros da Igreja Católica e pouco a pouco se institui como fator de consolidação de um campo de pesquisa, iniciado, em São Paulo, nos anos 1980, por Vinícius Caldeira Brant, Teresa Caldeira, Rosa Maria Fischer, Maria Victoria Benevides, Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro, no qual nem sempre as diferenças entre pesquisa e militância estiveram delineadas.

Esta característica, se pode ser alvo de críticas, condiz também com a visão de que se a afirmação de uma ética profissional passou a ser o critério decisivo na definição da atividade profissional, isto não significou obrigatoriamente abdicação da vocação pública. Nem teve como consequência a abstinência política por parte dos cientistas sociais (Lahuerta, 1999). Desse modo, as ciências sociais brasileiras, apesar das diferenças, irão convergir na medida em que se inscrevem na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais, em que pouco lugar haveria para uma *intelligentsia* de tipo mannheimiano, ou seja, como estrato substitutivo das elites e dos partidos. Sendo assim, concordando com Werneck Vianna, na segunda experiência de contato dos cientistas sociais com a democracia, “os laboratórios, centros de pesquisa e departamentos universitários é que se têm constituído nas agências de intelectuais orientados para a ‘mudança social provocada’” (1997, p. 228).

Os desafios da violência para a consolidação da democracia

No percurso que analisamos, a violência vista a partir das questões estruturais da sociedade brasileira, dos conflitos de classe e do sistema capitalista começa a ser estudada de forma mais pontual e circunscrita, levando em conta o crescimento da criminalidade urbana violenta e o funcionamento das instituições do sistema de justiça criminal. Vimos como as primeiras reflexões do CEBRAP articulam a crítica do regime autoritário às situações de “violência estrutural” e às demandas por segurança. No momento seguinte, de abertura política, a ênfase nos temas estruturais transforma-se em atenção aos aspectos institucionais, a questão da cidadania e do cotidiano, quando se destaca a produção do CEDEC, que aborda a violência como sinais de ruptura dos novos sujeitos sociais com a dominação vigente. Esta aposta, contudo, esbarrou em percalços na organização popular enquanto movimento social, seja pelo descompasso entre militância em direitos humanos e classes populares, pela violência do Estado

e sua resistência em se abrir ao controle público ou pela persistência de uma cultura política autoritária. Conclusões próximas às desenvolvidas posteriormente no CEBRAP, ligadas à preocupação com a criminalidade violenta e o medo do crime na instauração de distâncias sociais e mudanças nas relações urbanas.

Desde o início deste percurso de discussões, o principal interlocutor, implícito ou explícito, é Lúcio Kowarick e sua tese da *espoliação urbana* que, se auxiliou na consolidação de toda uma *sociologia urbana* e dos movimentos sociais (Barreira, 2010), trazia ainda consigo reverberações da associação criminalidade e pobreza. Embora tal simplificação não faça jus à sua produção, que buscou justamente em substituir uma *teoria da marginalidade* por uma *teoria da marginalização*, em um contexto polarizado pelo aumento da criminalidade, suas teses se aproximavam do viés explicativo que os cientistas sociais preocupados em explicar (e combater) o problema da violência tentavam deslegitimar. Em grande parte a sequência das discussões sobre violência sofreu o impacto também das conclusões de Ruth Cardoso (1983) acerca da necessidade de uma visão menos polarizada e mais relacional entre movimentos sociais e Estado, contrariando a tendência de ênfase em uma essência democrática advinda do povo ou autoritária, que viria do Estado. Afirmações que sinalizam para a reflexão sobre o que Alba Zaluar chamou de “decepção com o popular”, espécie de inversão das expectativas criadas em torno dos novos movimentos sociais diante das dificuldades de organização das classes populares frente ao crescimento da criminalidade urbana violenta e também da associação dos movimentos sociais com o Estado.

No refluxo do otimismo exacerbado em torno da sociedade civil organizada se começou então a se apostar na violência policial como fator explicativo do crescimento da criminalidade urbana violenta, embora ele não demonstrasse guardar relação de dependência total à ação ou omissão do Estado. As resistências à expansão dos ideais de direitos humanos ao criminoso comum forneceu então a base para que cientistas sociais recuperassem a discussão precedente, investindo na associação entre violência do Estado e a cultura política brasileira, considerada hierárquica e violenta. É então que o NEV é criado, expressando uma tendência de análise e combate à violência pelo fortalecimento de contrapoderes para a criação de leis e normas que fiscalizem e controlem a ação dos aparelhos coercitivos do Estado, o que aproxima, por um lado, da aposta na organização da sociedade civil e, por outro, da militância em direitos humanos ligada à Igreja Católica e sua estratégia de *evangelização das estruturas do Estado*. Na articulação entre estes dois aspectos, a universidade surge como espaço de conexão, lugar de autonomia frente aos interesses políticos

imediatos e de investimento na produção de conhecimento e *expertise* sobre o tema do funcionamento das instituições coercitivas do Estado e do fenômeno da violência na sociedade. O combate à continuidade do autoritarismo na democracia constitui um programa político-intelectual.

As descontinuidades entre a produção das três organizações não são aqui analisadas no sentido valorativo de superioridade de uma contribuição sobre a outra. Os avanços de conhecimento se dão na medida de um aprendizado histórico com as lutas políticas de cada momento, não significando que os novos pontos de vista anulem as anteriores.²⁹ Ao contrário, mesmo com ênfases diferentes, as perspectivas dos três grupos influenciaram-se mutuamente e acabam colocando a mesma questão: os desafios trazidos pela violência do Estado e da sociedade para os contornos da democracia brasileira. Esta discussão prossegue, o que torna cada vez mais complexa e diversificada a rede de relações entre cientistas sociais, centros de pesquisa, administração pública e sociedade civil. O presente trabalho terá cumprido o seu dever caso tenha demonstrado que os diferentes usos e significados da violência apontam para o fato de que temos um debate público e um campo de estudos unificados sob uma categoria de múltiplos significados e sentidos políticos. Além disso, o tema da violência impõe limites, ao mesmo tempo, tanto a uma visão encantada da sociedade civil quanto à ideia de um Estado-inimigo e ainda à ideia de um Estado que se abre sem resistências ao conselho dos cientistas sociais, o que não impede que se invista em ambos os caminhos, de modo mais realista, buscando avançar no processo de implementação de conteúdos e procedimentos democráticos.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio et alii. Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário. *TEMAS IMESC*. Soc. Dir. Saúde. São Paulo, 1(2): 101-07, 1984.
- . A prisão sob a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP 3(1-2), 1991.
- . Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. Os crimes que se contam no Tribunal do Júri. *Revista USP*, vol. 21, 1994, p. 132-151

29 Exemplo disto é a recuperação da perspectiva do CEDEC, feita por Angelina Peralva (2000). Para a autora, re-atualizando os estudos sobre quebra-quebras, a perspectiva do “entulho autoritário” não levaria em conta a interpretação da violência como produto de uma oferta insuficiente de ordem legal e do “igualitarismo” resultante das transformações da sociedade brasileira nos anos 90, incentivando um olhar mais atento aos significados políticos da construção da individualidade através da violência e do risco.

- _____. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 35, 1 semestre, 1993, p. 3-24;
- _____. e CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002.
- _____. e BARREIRA, César. A violência na sociedade brasileira. In: *Horizontes das Ciências Sociais – Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- AMERICAS WATCH. *Violência policial no Brasil: execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*. Relatório, 1987.
- BARBOSA, Leonardo Martins. História e crise na redemocratização brasileira: o conceito de crise na Revista de Cultura Contemporânea (1978-1982). In: *Tempos Históricos*. Vol. 13, semestre 1, 2009, p. 71-86.
- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- _____. *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1998.
- _____. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2008.
- BARREIRA, Irllys. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25, n. 72, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Linchamentos: violência e “justiça” popular. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia. BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário da imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BENEVIDES e FISCHER, Rosa Maria. Respostas populares e violência urbana: o caso do linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira (Org.). *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, [1976], 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- _____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, Glauber Silva de. Abordagens teóricas da violência criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH, USP, 1999.
- COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2): 139-161, 1978.
- . *Sobre sociólogos, pobreza e crime*. Revista de Ciências Sociais, 23, n. 3, 1980.
- . *Criminalidade urbana violenta*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos, n. 60, 1987.
- COHN, Amélia e VIGEVANI, Túlio. A produção do conhecimento e os centros de pesquisa: a trajetória do Cedec. In: *São Paulo em perspectiva*, 16(3):42-47, 2002.
- FAPESP. *Polos de Agressão na sociedade urbana: análise sociológica da criminalidade e de suas formas de contenção*. Relatório de Pesquisa, 1976.
- . *Meninos da rua: Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Editora da Comissão de Justiça e Paz/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1980. 170 p.
- FISCHER, Rosa Maria. *O Direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, 1985.
- KANT DE LIMA, Roberto de; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 50, 2 semestre de 2000, p. 45-123
- KEINERT, Fábio Cardoso e SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. In: *Tempo Social* – revista de sociologia da USP. vol. 22, n. 1, junho, p. 79-98, 2010.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de doutorado, USP, 1999.
- . Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos IFCH*, Unicamp, 2001.
- LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. In: *Revist. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 149-182, out., 2010.
- LIMA, Renato Sérgio de. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.
- LIMA, Renato Sérgio de et alii. *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e*

- as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas últimas duas décadas (1990-2000)*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/FAPESP, 2009.
- MARTINS, José de Souza. Linchamentos: a vida por um fio. *Travessia*, v. II, n. 4, p. 21-27, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. Cidade, povo e poder. *Revista de Cultura & Política do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 14-30.
- MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. Contradições urbanas e movimentos sociais. *Revista de Cultura & Política do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 13-65.
- MONTERO, Paula e MOURA, Flávio (Orgs.). *Retrato de grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- NEV. *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*. Relatório Final. Projeto integrado de pesquisa. Mimeo, 1999.
- O’DONNELL, Guillermo. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- PAIXÃO, Antonio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 25, n. 1, 1982, p. 63 a 85.
- _____. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PAOLI, Maria Célia. Violência e espaço civil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PERRUSO, Marco Antonio. Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro. *Sociedade e Cultura*. Goiânia: GO, PPGS/UFG, v. 7, n. 2, p. 139-150, 2004.
- _____. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e Classes Populares. Em: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: n. 22, 1979.
- _____. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- PINHEIRO e SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. In: *Temas IMESC*, Soc. Dir. Saúde. São Paulo, 2(2): 77-95, 1985.
- PINHEIRO & BRAUN, Eric (org.). *Democracia x violência – reflexões para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- _____. Entrevista 24.11.2008.
- REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Ed. Vozes/CEBRAP, [1980] 1982.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. (1993), *Matuchos: exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. Violências e Dilemas do Controle Social nas Sociedades da “Modernidade Tardia”. In: *Revista São Paulo em Perspectiva – Controle Social, segurança e cidadania*. vol. 18 n. 1, 2004.
- TSUNODA, Fábio Silva. *Violência, participação social e direitos humanos: estudo com a Comissão Teotônio Vilela. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais*. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita (Campus de Marília), 2009.
- VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. *Violência e Academia: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2009.
- _____. A construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP). In: BURITIY, Joanildo; RODRIGUES, Cibele Maria; SECUNDINO, Marcondes (Org.). *Desigualdade e justiça social: dinâmica Estado e sociedade*. vol. 1. Fino Traço Editora, 2011.
- VELHO, Otávio. Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WERNECK VIANNA, Luiz. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: *A Revolução Passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, [1985] 2000.

_____. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia? In: ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, publicado originalmente como Violência e Crime In: MICELI, Sergio (Org.) *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

Como citar este artigo:

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à fragmentação de uma *intelligentsia* na transição democrática. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 147-178.